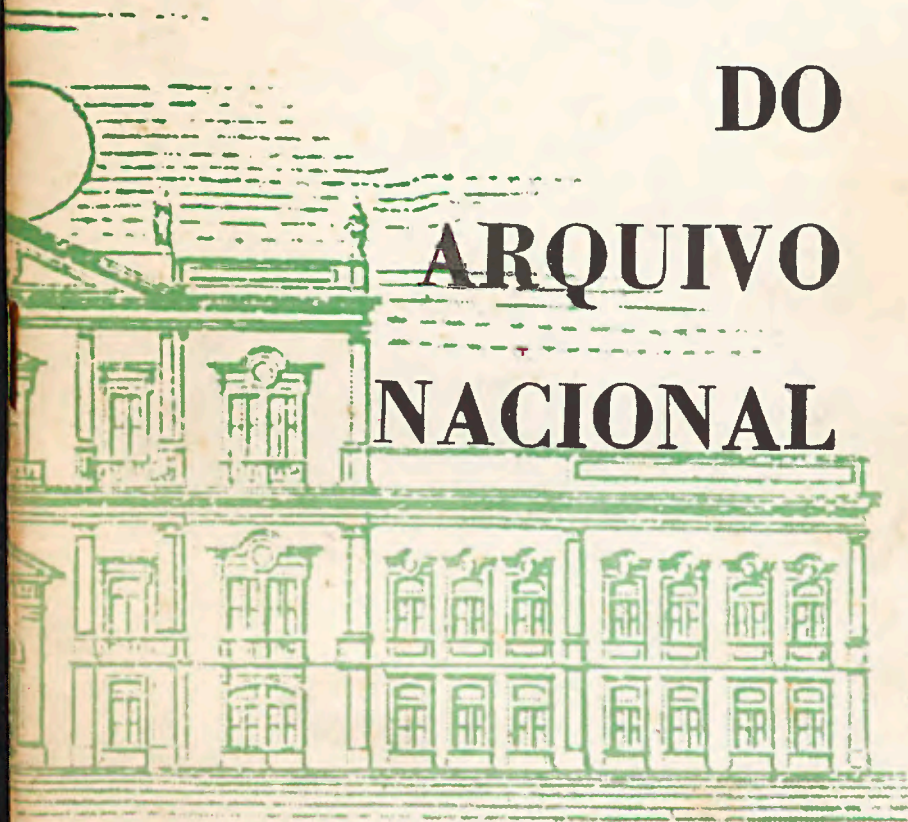


# MENSÁRIO DO ARQUIVO NACIONAL



JANEIRO  
1 1982

145



Reg.Fasc.: 49784 Classif.: PER  
MENSÁRIO DO ARQUIVO NACIONAL  
v.13 n.1 jan.1982

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro de Estado: Ibrahim Abi-Ackel

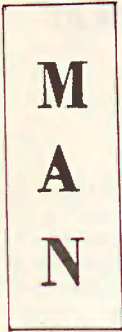
Secretário-Geral: Arthur Pereira de Castilho Neto

ARQUIVO NACIONAL

Diretora-Geral: Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco

Secretário Administrativo

1. DIVISÃO DE PRÉ-ARQUIVO
  - 1.1 Seção de Tombamento
  - 1.2 Seção de Processamento Técnico
2. DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO ESCRITA
  - 2.1 Seção do Poder Legislativo
  - 2.2 Seção do Poder Executivo
  - 2.3 Seção do Poder Judiciário
  - 2.4 Seção de Arquivos Particulares
3. DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO AUDIOVISUAL
  - 3.1 Seção de Gravações de Som e Imagem
  - 3.2 Seção de Filmes
  - 3.3 Seção Iconográfica e Cartográfica
4. DIVISÃO DE PESQUISAS E ATIVIDADES TÉCNICAS
  - 4.1 Seção de Estudos e Pesquisas
  - 4.2 Seção de Registro e Catálogo
  - 4.3 Seção de Assistência Técnica
  - 4.4 Seção de Reprodução
  - 4.5 Seção de Imunologia
  - 4.6 Seção de Patologia dos Documentos
5. DIVISÃO DE PUBLICAÇÕES
  - 5.1 Biblioteca
  - 5.2 Seção de Consultas
  - 5.3 Seção de Divulgação
6. DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO
  - 6.1 Seção de Protocolo e Expediente
  - 6.2 Seção de Execução Orçamentária e Financeira
  - 6.3 Seção de Material e Patrimônio
  - 6.4 Seção de Portaria, Zeladoria e Vigilância
7. COORDENADORIA DE CURSOS DE ARQUIVOLOGIA



**Mensário do Arquivo Nacional**

DIREÇÃO

Celina do Amaral Peixoto Moreira Frauer

EDITORAÇÃO E EXPEDIENTE

DIVISÃO DE PUBLICAÇÕES

Diretor substituto - Maria de la Encarnacion de  
Espana Santos

SEÇÃO DE DIVULGAÇÃO  
Chefe Zeneza Legay Aguiar

Fraça da República, 26  
Rio de Janeiro - Brasil

Pede-se Permuta  
Exchange Desired

SUMÁRIO

COLABORAÇÃO

A REVOLUÇÃO DOS NEGROS DO HAITI E O BRASIL	
<i>Luiz R.B. Mott</i>	3
A REFORMA ELEITORAL HÁ 100 ANOS, COMO AGORA	
<i>Richard Graham</i>	11
O DESENHISTA E ARQUITETO JOAQUIM CÂNDIDO GUILLOBEL	
<i>Donato Mello Junior</i>	17
REGISTRO BIBLIOGRÁFICO/PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS	
<i>Nicolau Abrantes</i>	27
QUEM ESTÁ PESQUISANDO O QUÊ	30
DIVERSAS NOTÍCIAS	34

O número impresso na folha de rosto e na última capa é identificador deste *Mensário* no Sistema Internacional de Dados sobre publicações seriadas (International Data System)

MAN: Mensário do Arquivo Nacional.  
Ano XIII , nº 1 — 1982 — Rio de  
Janeiro, Arquivo Nacional, 1980 —  
v. II.

Diretor. 1970 — 1980 R. Lima — 1980 —  
Celina A. P. Moreira Franco.

1. Arquivos (documentação) I. Rio de  
Janeiro. Arquivo Nacional.

CDD 025.171



## COLABORAÇÃO

### A REVOLUÇÃO DOS NEGROS DO HAITI E O BRASIL

Luiz R.B. Mott\*

Pouco a pouco novas pesquisas vão trazendo informações mais precisas e fidedignas sobre o trágico passado dos africanos e seus descendentes nas terras do Novo-Mundo. Mitos são derrubados, preconceitos desmascarados. Os esparsos documentos que sobraram nos arquivos referentes aos negros no Brasil permitem-nos vislumbrar a história de um povo ao mesmo tempo massacrado, mas nunca conformado com sua triste sina: escravizado mas revoltoso, subjugado porém indômito.

Um dos mitos de nossa historiografia é a questão da falta de comunicação a que estariam condenados os negros no Brasil Colonial e Imperial. Isolamento devido à dificuldade de comunicação entre etnias pertencentes a famílias linguísticas completamente estranhas, isolamento programado pelos donos do poder a fim de obstaculizar a temida coesão dos oprimidos. Supôs-se que os negros viviam completamente circunscritos aos estreitos limites das propriedades de seus amos, alheios e alienados do que acontecia no "mundo exterior". Nossas pesquisas revelam exatamente o contrário. Há provas incontestes de que houve sistemática comunicação entre os escravos residentes em diferentes fazendas, entre os negros de uma capitania com os de outra, dos libertos e ingênuos do Brasil com os negros da África e de outras regiões do mundo escravocrata.

O caso das revoltas negras ocorridas no Nordeste brasileiro, na primeira metade do século XIX, ilustram perfeitamente o elevado índice de comunicação existente no seio da população negra. Diversas dessas revoltas de escravos e libertos na Bahia, entre 1807 e 1835, foram "repercussão direta de acontecimentos guerreiros que se desenrolaram na África. A Guerra Santa (Jihad) dos Fulani continuava na Bahia sob a forma de revoltas de escravos e de africanos livres." (1)

---

(\*) do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia e Coordenador da Linha de Pesquisa "Sociologia e História do Negro" do Mestrado em Ciências Sociais da UFBA.

Da África para a Bahia. Da Bahia para Sergipe. Um documento de 1809 diz textualmente: "Os negros de Sergipe eram influidos e auxiliados por outros que da Bahia vieram fugidos depois da insurreição que lá fizeram." (2) Alguns anos mais tarde, a 11 de março de 1828, inúmeros escravos Nagô se rebelam em Salvador. Duas semanas após este levante, o Comandante da Tropa de Santo Amaro das Brotas (Sergipe), informava: "Chegam notícias de que há pouco teve arrebatado uma sublevação de pretos na Bahia; não duvido te - nha havido alguma correspondência dos escravos daquela Província com os de Sergipe." (3)

Segundo Décio Freitas, na história das Américas, o Quilombo de Palmares só perde em importância para a revolução do Haiti, (4) Palmares e a Revolução de S. Domingos são os dois maiores momentos na história da rebeldia negra no Novo-Mundo, episódios que fizeram tremer a administração colonial e os donos do poder no Brasil, acontecimentos aterradoros cuja divulgação, lembrança e exemplo eram mister a bafar e destruir. O Conde de Óbidos, Vice-Rei do Brasil, quando do ataque ao Quilombo de Palmares em 1659, assim de terminou: "A povoação se abrasará e consumirá tudo de ma - neira que não fique mais que as memórias de sua destruição, para último engano dos negros dessa Capitania." (5)

Não se tem notícias se os acontecimentos e sucessos de Palmares chegaram ao conhecimento dos escravos de outras colônias americanas. Quanto à Revolução do Haiti, esta sim foi notícia comentada e temida em todo o mundo escravagista. Considerando que, até o presente, não dispomos de nenhum estudo que revele a divulgação da Revolução Antilhana nas terras brasileiras, aproveitamos a oportunidade da realização deste Simpósio sobre o Quilombo de Palmares para divulgar alguns documentos e evidências que comprovam fartamente nossa tese formulada no início desta comunicação, a saber: que os negros no Brasil estavam muito mais informados e em contato com o "mundo exterior" do que até então se supunha. Falar do Haiti num simpósio sobre Palmares para nós tem um significado profundo: além de divulgar uma realidade factual pouco conhecida, faz-nos pensar na recorrência histórica da luta dos oprimidos contra a dominação.

1791 é o início da revolução do Haiti. Em 1793 a França se vê forçada a decretar a emancipação de sua mais rica colônia ultramarina. 1801 Toussaint l'Overture, ex-escravo, proclama a Constituição da nova nação antilhana. 1804, a 19 de janeiro, Jean Jacques Dessalines, ex-escravo natural da Guiné, proclama a Independência do Haiti. (6)

Pois bem: um ano após este formidável acontecimento, em 1805, no Rio de Janeiro,



"o Ouvidor do Crime mandara arrancar dos peitos de alguns cabras e crioulos forros, o *retrato de Dessalines*, Imperador dos Negros da Ilha de São Domingos. E o que é mais notável era que estes mesmos negros estavam empregados nas tropas da Milícia do Rio de Janeiro, onde manobravam habilmente a artilharia."(7)

Se levarmos em conta que a coroação de Dessalines como Imperador do Haiti ocorreu em setembro de 1804, concluíremos que foram necessários apenas poucos meses para que, já em 1805, os militares negros do Rio de Janeiro, Capital da Colônia, tivessem conhecimento e ostentassem ufanos a efígie do líder antilhano. Mobilização surpreendentemente rápida se levamos em consideração a demora e raridade dos contatos do Haiti com o Brasil. Aí se colocam algumas questões: Onde teriam sido feitos os tais "retratos" de Dessalines? No próprio Haiti ou no Brasil? Se na própria Ilha de S. Domingos, quem os teria trazido para a América do Sul? De que material seriam os tais "retratos": pintura a óleo sobre metal ou escultura em concha bi-color à maneira de um camafeu?

O certo é que, segundo ensina o documento há pouco citado, os retratos foram arrancados dos milicianos cariocas. "Arrancaram-se os anéis, mas ficaram os dedos..." diríamos, pois a partir desta data várias são as referências tanto entre os brancos, como entre os negros, da revolução da Ilha de São Domingos. Os primeiros temendo, os negros desejando.

Em 1808, na sua famosa "Análise sobre a Justiça do Comércio do Resgate de Escravos da Costa da África", o Bispo Azeredo Coutinho apontava "os novos filósofos" que se dizem defensores da humanidade oprimida, como os culpados não só pela Revolução Francesa mas também pela carnificina da Ilha de São Domingos. (8) Na perspectiva conservadora do ilustrado Inquisidor Geral, a independência do Haiti não passou de selvagem "carnagem" e os novos pensadores e ideólogos da Revolução Francesa, "hipócritas da humanidade".

Em 1814, em Itapoã (Bahia), há uma sublevação de escravos empregados nas pescarias. Depois de sufocada a revolta com o saldo de 13 brancos e 56 negros assassinados, os comerciantes baianos escreviam ao Governo Central denunciando que os negros falavam abertamente de suas revoltas, comentando os acontecimentos do Haiti. Chegavam a ponto de dizer que em São João não haveria sequer um branco ou mulato vivos. (9)

Em 1817, no Recife, o Capitão-de-fragata José Maria Monteiro vaticinava: "O exemplo da Ilha de São Domingos é tão horroroso e está ainda tão recente, que ele só será

bastante para aterrar os proprietários deste Continente." (10)

Neste mesmo ano, o Comodoro inglês Bowles comentava que a insurreição de Pernambuco dava motivos para pensar no espectro de São Domingos. Dizia ele: "Poderia resultar na expulsão de todos os brancos deste Continente e no estabelecimento de uma segunda São Domingos nos territórios brasileiros." (11)

Com a Independência do Brasil e o forte sentimento de anti-lusitanismo espalhado em todas as camadas da nação brasileira, surge entre "as gentes de cor" de diversas Províncias uma forte coalescência e hostilidade não só aos "marotos" (portugueses), mas a tudo quanto era branco - os "caiaidos". O temor de uma revolta das "raças misturadas" fica bem demonstrado neste documento secreto escrito por um agente francês e enviado a D. João VI entre 1823 e 1824, onde o receio é que o Brasil se tornasse um novo Haiti fica explicitado em toda sua clareza:

"Deve-se demonstrar as desgraças a que certamente se expõem as pessoas brancas, principalmente os brasileiros brancos, não se opondo à perseguição e aos massacres que sofrem os portugueses europeus, pois embora havendo aparentemente no Brasil só dois partidos (o liberal e o conservador), existe também um terceiro: o partido dos negros e das pessoas de cor, que é o mais perigoso pois trata-se do mais forte numericamente falando. Tal partido vê com prazer e com esperanças criminosas as dissensões existentes entre os brancos, os quais dia a dia têm seu número reduzido.

Todos os brasileiros, e sobretudo os brancos, não percebem suficientemente, que é tempo de se fechar a porta aos debates políticos, às discussões constitucionais?

Se se continuar a falar dos direitos dos homens, de igualdade, terminará-se por pronunciar a palavra fatal: liberdade, palavra terrível e que tem muito mais força num país de escravos do que em qualquer outra parte. Então, toda a revolução acabará no Brasil com o levante dos escravos, que quebrando suas algemas, incendiarão as cidades, os campos e as plantações, massacrando os brancos, e fazendo deste magnífico império do Brasil uma deplorável réplica da brilhante colônia de São Domingos. Coisa alguma é exagerada no que acaba de ex-



por. Tudo infelizmente é muito verdadeiro."(12)

"Liberdade"...palavra fatal e terrível que tem muito mais força num país de escravos do que em qualquer outra parte. Basta mudar "escravos" por "oprimidos" e o discurso deste agente secreto francês descreve com perfeição a situação atual desse nosso país, onde, embora aparentemente hajam apenas duas correntes políticas - a favor do Governo e contra o Governo - é esta última incorporada por todos os grupos oprimidos seja econômica, racial, sexual ou mesmo ideologicamente, que como no século passado, "é o mais perigoso pois trata-se do mais forte numericamente falando..."

Temia-se o exemplo - "o mau exemplo" do Haiti-pois esta revolução dos escravos produzia entre os negros do Brasil o estímulo e o paradigma para o questionamento do regime servil nacional. Temia-se que se repetisse, aqui no Sul, a "malévola" influência haitiana quando das rebeliões dos negros dos Estados Unidos, notadamente na revolta de Denmark Vesey, em 1822, antilhanos de origem e conhecedor das táticas e bandeiras revolucionárias dos negros vitoriosos de São Domingos.(13)

Não era apenas na Capital do Império Brasileiro que temos evidência de conhecerem os negros a Independência Dominicana. Também na pequena província de Sergipe se falava do Haiti. Isto sob a inspiração do rãbula baiano, Antonio Pereira Rebouças, mulato, secretário do Governo na presidência de Manuel Fernandes da Silveira, acusado de pertencer a uma secretíssima "Sociedade Gregoriana", cujo objetivo não era outro senão instigar a guerra contra os brancos, tornando as gentes de cor nos novos donos do poder.

A primeira contestação surgiu na vila de Laranjeiras, principal centro comercial de Sergipe, onde vivia a maior colônia lusitana desta província. A vila amanheceu certo dia, 26 de junho de 1824, cheia de pasquins - pequeninos pedaços de papel grudados com cera-de-abelhas nas portas dos locais mais destacados - com os seguintes dizeres:

"VIVAM MULATOS E NEGROS.  
MORRAM OS MAROTOS E CAIADOS."(14)

Este outro pasquin - enviado ao Governador de Armas de Sergipe, descreve com cores vivas, os acontecimentos que culminaram na divulgação dos referidos pasquins.

"Senhor Governador das Armas.  
ALERTA. Uma pequena fãisca faz um grande incêndio. O incêndio já vai lavrando. No jantar que deram nas Laranjeiras os 'Ma-

ta Caiados' se fizeram tres saúdes: primeira à extinção de tudo quanto é do Rei no, a que chamam de 'marotos'; a segunda a tudo quanto é branco do Brasil, a que chamam 'caiporas'; a terceira à igualdade de sangue e de direitos.

Que tal alerta e bem alerta.

Um menino R..... irmão de outro bom menino, fez muitos elogios ao Rei de Haiti, e porque o não entendiam, falou mais claro: São Domingos, o Grande São Domingos.

Não houve manobra. Vossa Exa. tome cuidado. Os homens de bem confiam em Vossa Exa. Sô querem Religião, Trono e Sistema de Governo jurado no dia 6 de Junho.

Alerta. Alerta.

Acudir enquanto é tempo.

Laranjeiras, 26 de junho de 1824.

Philioordinio." (15)

21 anos após sua independência o Haiti é usado como elemento de primeira ordem no discurso do líder Rebouças (curioso que no referido jantar dos "Mata-Caiados" havia comensais que "não entendiam" quando se falou no Haiti, obrigando ao rãbula baiano a repetir, esclarecendo: "São Domingos, o Grande São Domingos."). Este mesmo Rebouças chegou em Sergipe "doutrinando e persuadindo aos homens de cor que todo homem pardo ou preto pode ser general. E eles tão ufanos têm se feito que altamente falam contra os brancos, chamando-os de "caiados" e já deixam de guardar aos constituídos em dignidade aquele respeito que até então guardavam." (16)

Em 1824 a "elite" de cor proclamava que "todo homem pardo ou preto pode ser general" - hoje, em 1981 - 157 anos após estas palavras, quantos generais negros existem no Brasil? E quantos milicianos negros hoje em dia conheciam a história da independência do Haiti?

O último documento a ser transcrito nesta comunicação refere-se ao temor que o Haiti inspirava no Brasil escravocrata, três décadas após sua Independência. Trata-se do temor do "contágio direto" de haitianos presentes em território brasileiro. É datado de 30 de maio de 1831. Trata-se de um ofício do Desembargador Encarregado da Polícia da Corte do Rio de Janeiro, Antonio Pereira Barreto Pedroso, dirigido ao Ministro da Justiça. Diz o policial ter recebido o ofício daquele Ministério relativo aos pretos da Ilha de São Domingos que desembarcaram no Rio de Janeiro :

"Relativo aos pretos da Ilha de São Domingos que aqui existem, informo que ordenei ao Co-

mandante da Polícia a sua apreensão. Conse -  
guiu-se prender Pedro Valentim, que residia  
na Hospedaria das Tres Bandeiras. Tenho con-  
tinuado na diligência de apreender o outro,  
que consta ser clérigo e fui informado que  
foi visto ontem na Rua dos Latoeiros, em meio  
de muitos pretos, não sendo porém encontrado  
quando foi mandado prender." (17)

O que estariam fazendo no Rio de Janeiro estes dois  
haitianos? Quais os motivos da presença de um membro do  
clero católico de São Domingos em território brasileiro? O  
que estaria fazendo "no meio de muitos pretos na Rua dos  
Latoeiros"? Seu desaparecimento do dia seguinte (18), per-  
mite-nos conjecturar que, talvez, a exemplo de seus cole-  
gas de batina, Frei Caneca, ou do Padre Roma, o clérigo hai-  
tiano estivesse a pregar idéias libertárias próprias de  
seu país. Se estes dois haitianos eram de fato "agitadores",  
cabe ao Haiti, antes de Cuba, a primazia de "exportar Re-  
volução..."

#### BIBLIOGRAFIA

(1) Pierre Verger: *Flux et Réflux de la Traite des Nègres entre le Golfe de Bénin et Bahia de todos os Santos*. Paris, Mouton, 1968:326-27.

(2) Biblioteca Nacional (RJ), Seção de Manuscritos, 19-4-13, in Luiz R.B. Mott, "Pardos e Pretos em Sergipe:1774-1851", *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 18, 1976, p.29.

(3) Arquivo Público do Estado de Sergipe, Pacotilha 174, O fício de 25/3/1828.

(4) Dêcio Freitas, *Palmares, a Guerra dos Escravos* Editora Movimento, Porto Alegre, 1973:11.

(5) Idem, *Ibidem*, p.79.

(6) Maurice Bitter, *Haiti*, Edition du Seuil, Paris, 1970.

(7) Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), Caixa 2, Brasil-Diversos (1799-1824), apud Luiz R.B. Mott, "A Escravatura: A propósito de uma Representação a El-Rei sobre a escravatura no Brasil", *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 14, 1973: 127-136.

(8) J.J. da Cunha Azeredo Coutinho, *Obras Econômicas* (1794-1804). Cia.Ed.Nacional. SP. 1966:237.

(9) Pierre Verger. p *op.cit.* 1968:330.

---

MAN, *Rio de Janeiro*, 13(1):3-10, jan. 1982.



(10) Carlos Guilherme Motta, *Atitudes de Inovação no Brasil (1789-1801)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1970:116.

(11) Carlos Guilherme Mota, *Nordeste 1817*, Editora Perspectiva, SP, 1972:43.

(12) Arquivo Histórico Ultramarino (Lxa.), Brasil Diversos, Caixa 2, Nº 295. Apud Luiz R.B. Mott, "Um Documento Inédito para a História da Independência", in Carlos Guilherme Motta (editor), *1822:Dimensões*. Editora Perspectiva. SP. 1972:466-483.

(13) Michel Fabre, *Esclaves et Planteurs*, Ed. Julliard, Paris, 1970,192.

(14) Arquivo Nacional, IG<sup>1</sup>, 105, fl.117 - 119 apud Luiz R. B. Mott, "Branços, Pardos e Pretos em Sergipe: 1825-1830", *Anais de História*, ano 6, 1974:139-184.

(15) Idem, *ibidem*, p.160.

(16) Arquivo Nacional (RJ), Códice 324, fl.35, Ofício de 30 de maio de 1831.

(17) Consultando o Livro de Registro de Ocorrências da Delegacia da Corte de 1831 até 1835, não encontramos mais nenhuma referência a estes dois Haitianos, malgrado a afirmação do delegado de ter continuado na diligência de prender ao clérigo.

Nota da redação: A presente colaboração foi apresentada no I SIMPÓSIO SOBRE O QUILOMBO DE PALMARES - Centro de Estudos Afro-Brasileiros, Maceió, 16-20 de novembro de 1981.

---

MAN, *Rio de Janeiro*, 13(1):3-10, jan. 1982.

A REFORMA ELEITORAL  
HÁ 100 ANOS, COMO AGORA

*Richard Graham\**

Agora que a reforma eleitoral e as eleições diretas para os Governos dos Estados estão sendo debatidas no Congresso e na imprensa, lembro-me da reforma eleitoral que instituiu as eleições diretas no Brasil há 100 anos. Vou deixar que o leitor descubra qualquer paralelo que exista, ou não, entre as duas ocasiões. Posso afirmar, sem qualquer dúvida, que o propósito da chamada reforma do século passado foi ampliar o controle exercido por uma pequena classe dominante e impedir que a grande massa do povo realmente exercesse o poder.

A reforma de 1881 trouxe grandes alterações ao sistema eleitoral básico estabelecido em 1846. De acordo com as disposições da Constituição brasileira de 1824, aquela primeira lei previa eleições indiretas. Senadores, deputados e membros das assembleias provinciais eram escolhidos por eleitores que se reuniam em colégios eleitorais; estes eleitores eram, por sua vez, escolhidos pelos votantes (e leitores) de cada freguesia.

Entre os votantes estavam todos os homens brasileiros com mais de 25 anos de idade e uma renda anual (derivada da terra ou de salários) superior ou igual a 200 mil réis; deste eleitorado se excluíam apenas os "criados de servir", os membros das ordens religiosas e os soldados (praças do pré). Durante 35 anos houve muito debate sobre o que constituía "renda", e, portanto, quem poderia votar legalmente. Mas na prática qualquer pessoa que apoiasse a facção dominante local poderia votar.

Esta facção constituía a Mesa de Qualificação, que se baseava na declaração juramentada de três testemunhas sobre o fato de o eleitor em potencial contar com a renda necessária e atender às outras qualificações exigidas pela lei. Três testemunhas em contrário poderiam impedir que qualquer pessoa fosse incluída na lista de eleitores, ou até mesmo do próprio ato de votar, nos casos de falsa identidade. Assim, a Mesa podia adotar suas decisões tendo por base seu próprio interesse político.

---

*(\*) Professor de História do Brasil na Universidade do Texas, em Austin. Com uma bolsa da Fundação Fulbright, acaba de realizar pesquisa no Brasil sobre história política do Segundo Reinado.*

Em sua maior parte, o período posterior a 1846 não apresentou ameaças ao firme controle exercido pelo que se situavam no topo do sistema político. Num discurso famoso, o Senador Nabuco de Araújo referiu-se ao inevitável silogismo pelo qual o Partido no centro do Poder sempre vence as eleições em todo o país. As facções locais lutavam não contra o Governo, mas para serem o Governo. Se os votantes fossem ocasionalmente rebeldes, os eleitores poderiam ser facilmente manipulados pelo cuidado emprego das concessões de privilégios, favores, renomeação de juizes e delegados, e até mesmo pelo suborno direto. Os eleitores precisavam do dobro da renda dos votantes e entre eles não podiam ser incluídos os escravos libertos.

O objetivo de permitir essa ampla participação no processo eleitoral era, primeiro, estabelecer a legitimidade do Governo por elite realmente pequena e, segundo, apresentar uma elaborada hierarquia social. As eleições eram grandes realizações dramáticas envolvendo a oficialidade da Guarda Nacional, a Igreja, a hierarquia judicial (desde os desembargadores e juizes de Direito até os juizes de Paz) e nelas se estabeleciam linhas de autoridade que iam dos presidentes das províncias, passavam pelos chefes de polícia, pelos delegados e subdelegados e até mesmo pelos "inspetores de quarteirão", até chegarem ao cidadão.

Contudo, em 1871, pareceu que a *Lei do Ventre Livre* ameaçava a ordem social estabelecida. Agora os filhos dos escravos poderiam crescer e se tornar eleitores qualificados. Além do mais, um número crescente de escravos seria libertado pela ação do Estado. As vantagens de apresentar a legitimidade do sistema político pela ampla participação, agora precisavam ser pesadas contra a possibilidade de que tal ampla participação poderia ser usada para terminar com o firme controle exercido de cima. (Não estou referindo a uma ameaça real, mas do que foi sentido como tal).

Além disso, a Guerra do Paraguai havia deslocado outros segmentos da sociedade. Alguns membros dos grupos econômicos que então se constituíam, procuravam circunscrever o domínio dos grandes proprietários rurais das regiões mais antigas. Também a ineficiência da Guarda Nacional, liderada pelos fazendeiros durante a Guerra do Paraguai, havia tornado necessário o reforço do Exército. Em 1871 o Governo retirou dos oficiais da Guarda Nacional dois instrumentos de controle social e político: o direito de ordenar aos cidadãos a realização de atividades como o policiamento das eleições e o de recrutá-los para o Exército quando, por exemplo, se mostrassem votantes recalcitrantes. Assim pareceu que o poder de controlar as eleições foi enfraquecido, ao mesmo tempo em que parecia maior a possibilidade de que os ex-escravos poderiam participar da escolha dos membros do colégio eleitoral.

---

MAN, *Rio de Janeiro*, 13(1):11-16, jan. 1982.



Finalmente, a mudança estrutural da sociedade reforçou aqueles valores peculiarmente capitalistas que consideram a pobreza como prova do pecado e a riqueza como demonstração de virtude. Agora as classes trabalhadoras eram, muito mais do que antes, encaradas como classes perigosas. Já em 1866 Souza Carvalho declarava que as eleições deveriam ser limitadas "a uma classe menos numerosa, menos carente, menos dependente, menos ignorante e portanto mais isenta das sugestões da anarquia". Francisco Belisário Soares de Souza (membro de uma família de importantes plantadores de café) em 1872 referiu-se à "turba malta, ignorante" e insistiu que apenas a posse de propriedade e a alfabetização poderiam constituir a base para "boas eleições"; e condenava também o sistema existente, no qual "indignos miseráveis" testemunhavam quanto à identidade dos votantes. Estes votantes, queixava-se Belisário de Souza, "nada possuem, vivem de soldo em terras alheias, não sabem nem ler nem escrever". Segundo ele, tais eleitores eram "um imenso perigo nas crises sociais ou por ocasião das comoções populares".

No Congresso Agrícola de 1878, que reuniu os representantes da grande lavoura das regiões produtoras de café, freqüentemente reiterou-se a necessidade de reformas eleitorais e de medidas para forçar os libertos a trabalhar. Um fazendeiro insistiu que o Governo deveria adotar medidas, "excluindo da urna a escória do povo". Outro defendia a necessidade da "proibição do agregado ser votante".

Enquanto isto, um novo governo liberal chegara ao poder e uma de suas claras intenções - apoiada pelo desejo do Imperador - era a introdução de uma "reforma eleitoral". Anteriormente D. Pedro II havia dito a sua filha (a Princesa Isabel) que o gabinete deveria adotar medidas para garantir que os votantes tivessem uma renda suficiente e fossem alfabetizados. Mas no primeiro gabinete liberal estava incluído Gaspar da Silveira Martins, combativo líder do Rio Grande do Sul, uma região de propriedades cada vez menores e trabalhadas por imigrantes europeus, freqüentemente protestantes. Silveira Martins resistiu aos esforços de seus colegas de governo para restringir o eleitorado e, finalmente, acabou deixando o gabinete quando prevaleceu o ponto-de-vista contrário ao seu.

A primeira proposta de reforma eleitoral apresentada pelo governo liberal à Câmara dos Deputados, em 1879, pedia a realização de eleições diretas onde os votantes seriam apenas aqueles que já possuíam uma renda suficiente para qualificá-los como eleitores. E o governo teria também o direito de elevar, em data posterior, ainda mais o nível de renda, para que o cidadão fosse qualificado como eleitor. Nos termos desta lei, os protestantes e os analfabetos estavam excluídos do eleitorado, independentemente de seus níveis de renda.

Sérgio Buarque de Holanda descreveu magistralmente os debates que se seguiram. Um dos defensores do projeto atacou Silveira Martins e acusou a Revolução Francesa pelo "princípio de igualmente, que é o maior perigo que se encontra na sociedade". De tal modo surgiu o desprezo pelo pobre e a crença de que seria perigoso para o Governo cair em suas mãos.

Mais freqüentemente este preconceito foi expresso como o contraste entre a ignorância dos pobres e a sabedoria dos ricos. O pobre precisava ser excluído das eleições porque era ignorante. Rui Barbosa defendeu a proposta de excluir os analfabetos das eleições e elevar as exigências de nível de renda pois, como afirmou, exigir a igualdade para todos era "a eiva do erro socialista". Ele se opunha à "soberania da ignorância, mãe da miséria, mãe da subserviência, mãe da imoralidade, mãe de todas as ruínas sociais".

Lafaiete Rodrigues Pereira ecoou este sentimento e perguntou: "... a ignorância, a cegueira (...) por se generalizar, adquire o direito de governar?". Assim os pobres não deveriam ter o direito de votar. A Câmara dos Deputados aprovou a lei limitando o direito de votar àqueles que anteriormente haviam sido qualificados como eleitores, mas o Senado rejeitou-a: apesar de seu conservadorismo, tal lei exigiria uma emenda constitucional que os senadores encaravam como uma ameaça ainda maior à ordem política estabelecida.

Quando José Antônio Saraiva organizou um novo gabinete, em 1880, estava determinado a tornar lei as eleições diretas sem emendar a Constituição. Político muito mais hábil do que seu antecessor, Saraiva se engajou nas negociações políticas. A Silveira Martins concedeu o direito dos protestantes participarem das eleições; e obteve o apoio dos conservadores ao adiar novas medidas para a emancipação dos escravos. Mas seu golpe mais hábil foi a redução do nível de renda exigido pela Constituição (de 200 mil réis anuais), contudo insistindo no atendimento a uma precisa e complicada lista de documentos a serem apresentados para que o cidadão comprovasse sua renda anual.

Naquela época, quase todos os homens adultos poderiam auferir uma renda anual de 200 mil réis - mas poucos poderiam comprová-la. E Saraiva sinceramente explicou que não desejava que "as classes baixas e miseráveis" pudessem votar, porque isto significaria seu predomínio sobre as outras, que, possuindo bens e educação, estavam naturalmente mais interessadas na manutenção da ordem existente.

A lei de reforma eleitoral, como finalmente aprovada, exprimia claramente os preconceitos de classe de seus criadores através das provas de renda exigida. Um conjunto destas provas referia-se à renda das propriedades reais.

MAN, Rio de Janeiro, 13(1):11-16, jan. 1982.



Incluía a apresentação de certificados fornecidos por coletorias urbanas ou escrituras de propriedades rurais especificando um valor elevado para a época de sua aquisição. Esta medida afastava das urnas até mesmo um grande número de proprietários que tinham o domínio de suas terras através da posse ou os que haviam adquirido suas propriedades com pagamentos considerados pequenos. Melhor, entretanto, que esta parcela da classe dominante ficasse longe das urnas, do que não proprietários pudessem votar fraudulentamente - como o Conselho de Estado observou posteriormente.

Se ao invés de dono da propriedade o cidadão fosse locatário, então precisava apresentar o contrato de aluguel ou arrendamento devidamente registrado num cartório público, pelo menos um ano antes de seu registro como eleitor. Um comerciante, corretor, capitão de navio, etc, necessitava para se tornar eleitor, estar registrado na Junta Comercial no ano anterior. O dono de uma fábrica, para se habilitar a votar, deveria apresentar documentos oficiais sobre o valor do capital investido.

A maioria dos comprovantes de impostos eram especificamente excluídos. Como explicou Saraiva, apenas os impostos sobre propriedades ou negócios seriam aceitos, uma vez que, de outra forma, alguém poderia pagar os impostos para 20 ou 30 pessoas e assim transformá-las imediatamente em eleitores. Acionistas de bancos e outras companhias, ou de positantes em caixas econômicas, precisavam apresentar certificados demonstrando uma riqueza suficiente para produzir uma renda equivalente à exigida pelas disposições legais.

Exceto no caso dos funcionários públicos, não se aceitavam as provas de fixação do salário do cidadão. Saraiva argumentava que assim o assalariado seria encorajado a economizar seu dinheiro e abrir um depósito na Caixa Econômica. Contudo, todos os que pudessem mostrar um diploma conferido por Faculdades de Direito ou de Medicina ficavam dispensados da apresentação de outros documentos.

Com tais medidas restritivas quanto às provas de propriedade e de educação, Saraiva podia dar-se ao luxo de concessões muito liberais em outros sentidos. Um escravo liberto poderia votar desde que atendesse às demais exigências. No primeiro registro, mas não nos seguintes, seria aceita a participação de analfabetos como eleitores.

Diante do espírito que animava tal lei, o historiador pode também questionar o propósito de outra exigência: a dos distritos com um único representante. Cada distrito elegeria apenas um deputado - como acontecera em períodos anteriores. Alguns argumentaram que esta medida protegia os direitos das minorias, uma vez que podiam ser fortes eleitoralmente num distrito, mas fracas na província como um todo. Outros ponderavam, porém, que isso aumentava a ca



pacidade do Governo em concentrar todos os seus recursos naqueles distritos onde se encontrasse mais fraco.

Apesar da primeira eleição realizada sob a vigência da nova lei parecer bastante honesta (e até membros do gabinete terem perdido suas cadeiras), o mesmo não se pode assegurar quanto às demais eleições da década.

A limitação do direito do voto aos detentores de propriedades não produzia por si só eleições honestas. Até mesmo antes da aprovação da lei, um de seus oponentes já ressaltara que a corrupção não constitui monopólio das classes inferiores, afirmando: "O voto do pobre vende-se por dinheiro, o do advogado por contratos administrativos, o do cortesão por títulos, o do negociante por subvenções e privilégios, os dos ambiciosos por empregos e posições". Logo, logo, os políticos começaram a queixar-se do registro de grande número de "fósforos" (os eleitores ilegais) o que evidenciava a continuada manipulação dos resultados eleitorais.

Alguns dos que apoiaram a eleição direta, na esperança de mudanças genuínas, se sentiram traídos pela nova lei. Os conservadores observavam que esta não se mostrava liberal, uma vez que retirou o direito de voto de nove-décimos dos antigos votantes. Asseverou-se que em alguns municípios havia tão poucos eleitores qualificados que faltavam cidadãos para preenchimento de cargos que, por lei, só eram acessíveis aos eleitores. De uma forma geral, a lei da eleição direta não foi uma medida popular. O Partido Republicano passou a pugnar pelo voto masculino universal para os alfabetizados - sistema instituído com a proclamação da República, a partir de 1889.

Não é o número de votantes o realmente importante, mas sim os propósitos inspiradores da reforma. O desprezo pelas classes mais baixas, decorrente da culpa, o medo dos trabalhadores e dos negros: o receio das mudanças e da desordem (quer dizer, o pavor de perder o controle da situação) situam-se entre as principais forças que conduziram à decretação da nova lei.

Em 1881, as eleições diretas teriam, à primeira vista, parecido uma importante reforma liberalizante — até que ficou clara a realidade de suas determinações, as emoções que levaram a elas e os grupos a cujos interesses serviam.

## O DESENHISTA E ARQUITETO JOAQUIM CÂNDIDO GUILLOBEL

*Donato Mello Junior*

Arq. Membro do IHGB, do CBHA e da ABCA

A Bibliografia brasileira merece ser parabenizada pela edição, em 1979, dum livro de conteúdo artístico e de invulgar importância para a iconografia social fluminense que assim se enriquece com a publicação da obra gráfica de uma personalidade polivalente, qual a de Joaquim Cândido Guillobel, aliás pouco conhecido: desenhista de costumes e de heráldica, engenheiro-militar, cartógrafo, topógrafo, professor e arquiteto de mérito.

Trata-se de um livro há muito esperado, em edição para bibliófilos, de 525 exemplares com textos, em inglês e português, do pesquisador Paulo Berger, diagramação de Aloísio Magalhães, supervisão gráfica de João de Souza Leite e impresso com fotolitos do Estúdio Gráfico Fotolito Ltda por Kingraf Ltda, de Curitiba.

Feliz a idéia da divulgação, em livro, das "figurinhas" de Guillobel. São 65 reproduções coloridas, tecnicamente primorosas, verdadeiramente *fac-similares*. Uma festa para os olhos do grande público este desfile de aquarelas e um rico documentário para artistas e historiadores.

Pela primeira vez se reproduziu em tecnicolor um conjunto praticamente completo do que se conhece do labor gráfico de Guillobel.

Quem foi Joaquim Cândido Guillobel?

Nascido em Lisboa em 1787 e falecido no Rio de Janeiro em 13 de fevereiro de 1859, até há pouco só era conhecido por pesquisadores, artistas, bibliófilos e historiadores.

Trata-se de um artista chegado ao Brasil nos idos de 1808 fugindo de um processo, segundo nos informa nosso colega do Instituto Histórico, Paulo Braga de Menezes, processo arquivado no Arquivo Nacional, do qual Paulo Berger cita uma "Carta Cível geral de escritura dada a requerimento do solicitador da Real Fábrica de Sedas e Obras de Águas Livres", onde consta a informação: "Certifico que procurei ao depositário Joaquim Cândido para citar, o que não pude fazer por me constar que fora para o Brasil na companhia de Sua Alteza Real".

Era ele filho de um francês naturalizado português em 1810, Francisco Agostinho Guillobel, com quem trabalhava em Lisboa numa fábrica de botões e sua mãe era portuguesa. Seu pai ocupava em Lisboa o cargo de Fiel do Ouro e



Prata, e Contador da Fábrica de dinheiro da Casa da Moeda, tendo sido designado para o mesmo cargo no Rio de Janeiro, aqui aportando em 1811 conforme registro no Arquivo Nacional já divulgado por Guilherme Auler e trazendo ele, para o seu mister, diversos maquinismos. Ainda no Arquivo Nacional encontra-se um seu manuscrito de 1813 em que propôs, ao Ministro do Reino Conde dos Arcos, a idéia de se fazer uma Praça com a estátua equestre de bronze, no dobro do natural, em homenagem à chegada do Príncipe Regente D. João, no Campo de Santana, hoje Praça da República (1), idéia abortada.

Pouco se sabe da biografia do jovem Cândido Guillobel e qual tenha sido sua formação artística. Sabe-se que a 17 de dezembro de 1812, com 24 anos, entrou para a carreira militar como 2º Tenente, e temos pela sua fé de ofício, numerosos dados da sua vida militar onde atingiu o posto de Coronel da Primeira Linha do Corpo de Engenheiros, reformando-se em 1852, aos 65 anos por motivos de saúde, vindo a falecer sete anos após, de congestão pulmonar, conforme lemos no Jornal do Comércio (2), do Rio de Janeiro.

Iniciou Guillobel sua carreira militar como desenhador do Arquivo Militar, onde aprendeu cartografia e topografia, exercendo-as aqui e numa comissão no Maranhão.

A veia artística que a natureza lhe proporcionou, levou, mais tarde, Guillobel a se matricular na Academia Imperial das Belas Artes como aluno extraordinário, aos quarenta anos. Lá foi discípulo de Grandjean de Montigny, nosso grande mestre da Arquitetura, que lhe proporcionou os conhecimentos que o levaram, mais tarde, a ser um dos arquitetos do nosso "Estilo Imperial Brasileiro", o nosso neo-clássico tropical, de nobre, solene e simples plástica arquitetônica. Contribuiu ele para a arquitetura do Palácio da Praia Vermelha, antigo Hospital de D. Pedro II, para a atual Santa Casa, como para a do Palácio Imperial, de Petrópolis, etc; tendo trabalhado com o engenheiro Domingos Monteiro e o arquiteto José Maria Jacinto Rebelo (3).

Mas as "figurinhas" de Cândido Guillobel estão a nos chamar a atenção pelo seu espírito, pela sua vivacidade e pelo seu realismo.

Trata-se de um artista que, em sua juventude, entre 1812 e 1816 documentou o Rio de Janeiro do Príncipe Regente D. João, em seus usos e costumes. Com sensibilidade e arte desenhou e aquarelou uma variada tipologia social fluminense em minúsculas figurinhas: homens e mulheres, escravos, vendedores ambulantes, carregadores, funcionários captados em flagrantes de atividade: andando, vendendo, trabalhando, carregando, passeando, num desfile rico de observações registradas para a história social fluminense: mulheres decotadas, indumentária colorida, escravos de calção, ambos de pé no chão, equilibrando na cabeça imensos tabu -

MAN, Rio de Janeiro, 13(1):17-26, jan. 1982.



leiros ou cestos de variadas mercadorias oferecidas de porta em porta: frutas, aves, legumes, louças, comidas etc.

Quase tudo era, na época, carregado pelo braço escravo que também puxava as toscas carretas para o transporte de enormes tonéis de água ou que também guiava muarens com suas cargas.

Transportavam os escravos em suas costas a burguesia importante e a nobreza, em cadeirinhas de arruar ou em variados tipos de seges, meios de transporte que eram o luxo na época, lado a lado com as vulgares carroças. Aquarelou duas cenas deliciosas: hábitos no interior de uma casa e a passagem de uma bandeira do Espírito Santo.

Neste tipo de documentação registrada por Guillobel, de grande valor histórico e sociológico, só conhecemos a precedência nas aquarelas de um outro artista quase desconhecido até uns vinte anos atrás: o português Carlos Julião, também militar e que serviu no Brasil no final do século XVIII. Foi ele, aliás, revelado em primorosa e oportuna divulgação da Biblioteca Nacional em 1960 na obra "*Riscos iluminados de figurinhos de brancos e negros dos usos do Rio de Janeiro e Serro do Frio*", hoje Diamantina, com introdução histórica e catalogação por Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, do I.H.G.B. e, então, chefe da Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional (4).

Curiosa e reveladora a comparação entre estas documentações separadas por um terço de século, em suas semelhanças ou diferenças.

Não incluímos nessa precedência os variados desenhos aquarelados e coloridos de uniformes de corporações militares do Brasil-Colônia, dispersos em diversas fontes e em algumas publicações, à espera de uma exposição e de um estudo conjunto da indumentária militar colonial que também aparece na rara retratística coeva.

Joaquim Cândido Guillobel precede alguns documentaristas e artistas de excepcional importância da iconografia brasileira: Jean Baptiste Debret que aqui residiu de 1816 a 1831; Thomas Ender, de 1817 a 1818; e Johan Moritz Rugendas que passou duas vezes pelo Brasil, de 1822 a 1825, e mais tarde em 1846; os quais ilustram, cada um segundo suas sensibilidades, com desenhos e aquarelas, a vida social e econômica do povo e da Corte ao focalizarem o homem surpreendido em flagrantes que contrastam vivamente com a nossa civilização atual.

Esta iconografia, também de valor artístico e de sua valia sócio-cultural, só é superada aqui pelos desenhos cartográficos, pelos projetos de engenharia militar e de arquitetura ou pela pintura da paisagem urbana ou rural ou pelos desenhos científicos, registrados por inúmeros via -

jantes, artistas ou cientistas do fim do século XVIII e princípios do XIX.

Os álbuns e originais destes viajantes, artistas e cientistas foram objeto de valiosas edições, hoje raras e, mais recentemente, reeditadas em edições de luxo ou populares ou divulgados em pesquisas ou exposições como nos casos de Debret, Rugendas e Ender, tornados populares (5).

Diversos álbuns de originais têm sido revelados, nos últimos anos, em primeiras edições, numeradas geralmente, para gáudio de bibliófilos ou estudiosos, mas seus artistas ainda são desconhecidos pelo povo. Seus originais, são, hoje em dia, altamente cotados e disputados por colecionadores e bibliófilos. Guillobel é um desses nomes visados.

Cândido Guinle de Paula Machado é o feliz herdeiro atual das aquarelas originais, objeto desta recente divulgação. Seu álbum encerra 60 desenhos aquarelados, dos quais 47 em "figurinhas" isoladas e 13 em grupos, álbum anteriormente de propriedade do colecionador Guilherme Guinle que o adquirira em Londres, graças ao historiador Alberto Rangel. Estas "figurinhas", que não passam de 12 cm de altura são minuciosamente representadas em flagrantes naturais e expressivos. Exagera Guillobel, a nosso ver, entretanto, a representação dos olhos: são grandes e, em algumas delas força uma visão frontal e bem assim o branco dos olhos, o que nos faz supor uma característica pessoal. Apresenta ele, em geral, as "figurinhas" ou os grupos sobre um chão de espaço limitado e suprime os fundos, pois seu interesse se concentrava na figura humana. Neste conjunto não há legendas, como em outros, conforme adiante.

Joaquim Cândido Guillobel não fez somente este álbum, conhecendo-se atualmente, aparentados com os tipos re feridos, mais dois em mãos do grande colecionador Paulo Geyer, um de procedência do antiquariato londrino, via Buenos Aires, com 48 figurinhas menores, cerca de 8 cm, e o outro, provindo de um descendente do artista - o Almirante Renato Guillobel, este último com 54 peças entre as quais 4 grupos, álbum anteriormente pertencido ao Embaixador Caio de Melo Franco e, primitivamente ao historiador inglês Robert Southey.

Guillobel se repetiu, com variantes, nestes álbuns pois, possivelmente suas aquarelas despertavam o interesse de pessoas desejosas de levar "souvenirs" da terra.

Paulo Berger, ampliando a divulgação, incluiu mais três aquarelas diferentes, vindas dos álbuns de Paulo Geyer. Duas trazem a legenda: "Copiado do natural por J.C. Guillo bel", sendo que uma está datada 1814 e menciona o local : Rio de Janeiro. A terceira figurinha tem numeração, ao contrário das do álbum de Paula Machado.

---

MAN, *Rio de Janeiro*, 13(1):17-26, jan. 1982.

MAN, Rio de Janeiro, 13(1):17-26, jan. 1982.



A bandeira do Divino, num flagrante de Guillobel



Conhecem-se mais alguns exemplares isolados e volantes: seis grupos com o bibliófilo Yan de Almeida Prado, três com a viúva Octales Marcondes, onze de propriedade de Alice Merwin von Briesen. Desta última série Berger selecionou duas "figurinhas" isoladas que trazem na subscrição em curva: "Copiado do natural por J.C. Guillobel no Rio de Janeiro em 1814", Mais duas são conhecidas por Berger: uma na posse de Newton Carneiro, no Paranã e outra no espólio de Francisco Marques dos Santos, esta última com a legenda e a data 1816.

Berger, em sua pesquisa, menciona mais ainda dois outros pequenos álbuns de Guillobel, ambos dizendo respeito ao Maranhão, um deles datado: 1822. Eles comportam oito "figurinhas", com três repetições. Cita ainda um último com iluminuras, desenhos e pássaros o qual já pertenceu à atriz Augusta Candiani, hoje na coleção Jorge G. Veiga.

Haverá mais figurinhas de Guillobel? Possivelmente sim.

Dado o valor, caráter e exotismo das "figurinhas" de Guillobel, foram elas mui copiadas por amadores e até incorporadas a obras publicadas. O Tenente Henry Chamberlain (6), que esteve no Rio de 1819 a 1820, animou algumas de suas perspectivas urbanas fluminenses com "figurinhas" de Guillobel, sem mencionar a usurpação...

Maria Graham, que residiu, por duas vezes no Rio entre 1821 e 1823, também usou Guillobel duas vezes, sem registro... (7) Usos da época e, até, de hoje...

No fundo da gráfica de Thomas Ender, na Biblioteca da Academia de Belas Artes de Viena, existem 15 cópias anônimas cuja fonte é Guillobel. Gilberto Ferrez em sua obra "O velho Rio de Janeiro através das gravuras de Thomas Ender" - divulgou lado a lado as 15 cópias com os originais, cópias, aliás, com variantes e inversões. A conservadora da Biblioteca vienense Pauline Abel, que estranhara um conjunto de aquarelas no fundo artístico de Ender, não sentindo ser dele, alertou Gilberto Ferrez, quando lá esteve, o qual confirmou serem cópias de Guillobel e sobre elas dissertou em sua obra antes citada (8).

Após um esquecimento de mais de cento e vinte anos da sua gráfica, Guillobel foi alvo de uma divulgação pioneira que devemos ao saudoso membro do I.H.G.B., Francisco Marques dos Santos. Em palestra a 20 de dezembro de 1940, no Museu Nacional de Belas Artes, que assistimos e guardamos lembrança, Marques dos Santos, grande pesquisador das coisas de arte do século XIX, tratando do ambiente artístico no ano de 1816, revelou ao público presente o acervo do álbum de Guilherme Guinle. Felizmente não se perdeu sua contribuição, pois foi divulgada na Revista do Patrimônio Histórico, com ilustração monocromáticas (9).

---

MAN, Rio de Janeiro, 13(1):17-26, jan. 1982.



"Figurinhas" de Joaquim Cândido Guillobel

MAN, Rio de Janeiro, 13(1):17-26, jan. 1982.



Inicia ele seu trabalho declarando que Guillobel foi um Debret antes de Debret.

Mais recentemente, em 1965, Raimundo de Castro Maia, em sua monumental - *Muito leal e heróica Cidade do Rio de Janeiro* - com texto de Gilberto Ferrez, apresentou três páginas coloridas com treze "figurinhas" de Guillobel.

As "figurinhas" de Guillobel podemos acrescentar uma paisagem de Botafogo, vista da enseada, em aquarela, que Guillobel copiou de um trabalho de José de Cristo Moreira, pintor português, que foi pensionista da Academia Imperial das Belas Artes em seus primórdios. Na subscrição lê-se a data 181..., faltando o ano. Esta peça se encontra na Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional.

Berger com justiça, lembra aos leitores ter Guillobel sido desenhista de Heráldica. Por informações do heráldista Paulo Braga de Menezes, do I.H.G.B., Berger cita ter sido Guillobel autor das cartas de brasão dos irmãos Manuel e Amaro Velho da Silva, "desenhadas e ricamente decoradas", trazendo sua assinatura e datadas de 1813 e são das primeiras executadas aqui. Conforme ainda Berger e Braga de Menezes: em 1852 ainda desenhava e iluminava a carta de brasão de Francisco Gonçalves de Aguiar, segundo informações do último Escrivão de Filamentos, no códice manuscrito "Foros de Nobreza", na S.P.E. do Arquivo Nacional. Provavelmente outras cartas de brasão foram desenhadas por Guillobel, apesar de não trazerem a sua assinatura. Assim sentenciou Berger. O brasão de Amaro Velho da Silva pertence ao Arquivo Nacional e o de Manuel Velho da Silva, ao IEB da USP, (coleção Alberto Lamago) em São Paulo. Podemos acrescentar à lista de Berger mais uma. Trata-se da "Carta de Nobreza e Brasão de Armas concedido por Dom João a Miguel João Meyer", no Rio de Janeiro em 10 de dezembro de 1812, que ostenta o brasão iluminado e um texto caligrafado. Na folha de rosto lê-se: "J.C. Guillobel pint." em letras minúsculas. Braga de Menezes nos confirma ser esta última a Carta de brasão mais antiga das conhecidas no original. Esta preciosa Carta pertence ao I.H.G.B. por doação de Raul Barreto, em fevereiro de 1922 (10). Trata-se de um bonito documento heráldico desenhado em pergaminho e encadernado.

Encontramos no folheto - Suplemento da Notícia Histórica da Venerável Ordem Terceira da Penitência (1922-1961) - Rio de Janeiro, 1961, da autoria de Herculano Gomes Matias, sócio do I.H.G.B., três desenhos de arquitetura, como "de autoria provável de Joaquim Cândido Guillobel. Data 1841": Frontispício da Igreja, Hospital no Largo da Carioca e Capela da Prainha. Ainda não pudemos conhecer estes desenhos no original, os quais pretendemos estudar, não estando o arquivo da Ordem em condições de atender consulentes. Contamos, entretanto, com a colaboração da profes-

MAN, *Rio de Janeiro*, 13(1):17-26, jan. 1982.



sora Lucinda Coutinho de Melo Coelho recentemente indicada para cuidar do mesmo.

Em pesquisa que realizamos sobre o arquiteto Grandjean de Montigny (1976-1977), interessamo-nos também pela figura do arquiteto Joaquim Cândido Guillobel, como de seus outros colegas que criaram a Arquitetura Imperial Brasileira no dizer de Morales de Los Rios Filho, pesquisa em relação ao próprio mestre, aos discípulos e na expansão do estilo neoclássico pelo Brasil provincial.

Lembremos que o Arquivo Nacional guarda os decretos de concessão a Guillobel do Hâbito da Ordem de São Bento de Aviz em 19 de julho de 1840, do título de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro, em 11 de setembro de 1843 e, finalmente, o de Oficial da Ordem da Rosa por decreto de 2 de dezembro de 1845, além de outros documentos ou registros. Um dos registros é o que encontramos no códice - "Livro de Registro. Cartas de Brasão de Armas de Nobreza e Fidalguia", da Carta do citado Francisco Gonçalves de Aguiar da data de 23 de dezembro de 1854, por Guillobel, feita em janeiro de 1822 (nº 179) (11).

Na Biblioteca Nacional encontramos o conhecimento para ser paga a jóia para a expedição do diploma da Ordem do Cruzeiro. E o Museu Imperial de Petrópolis custodiava uma carta do Mordomo José Maria Velho da Silva de 22 de junho de 1854 de agradecimento em nome do Imperador... "pela dedicação e desinteresse na direção do Palácio de Petrópolis formulando planos e modelos com os mais minuciosos detalhes.."

No Jornal do Comércio de 13 de fevereiro de 1857, na Seção "Gazetilha", deparamos, em pesquisas sobre o concurso para um Teatro Lírico, no Rio de Janeiro, com a seguinte notícia: "Comissão: Foram nomeados membros da comissão que tem de julgar as propostas para a obra do novo teatro que se vai construir na praça da Aclamação os Srs. Conselheiros - Antônio Manuel, presidente, Coronel Joaquim Cândido Guillobel, Cristiano Benedito Ottoni".

Mas isto já é outra história: a do notável arquiteto Joaquim Cândido Guillobel...

O álbum de Guillobel ainda não é conhecido pelas dissertações das Escolas de Samba, nem dos decoradores que para elas trabalham ou decoram o carnaval carioca. Ao se popularizar Guillobel, cremos que ele acabará tema de algum enredo de Escola de Samba, p. ex. A chegada do Príncipe Regente D. João... Os figurinos, em parte, já estão desenhados. Debret já foi objeto de tema do carnaval carioca. O álbum dos Riscos Iluminados de Carlos Julião também está no mesmo caso...

Cândido Guinle de Paula Machado, Paulo Berger e Joaquim Cândido Guillobel estão de parabéns nesta oportuna edição.

NOTAS

- 1 - S.P.E; Casa Imperial, cx 1, pac. 7, doc. 143. Em anexo, um memorial descritivo.
- 2 - Na relação de pessoas livres sepultadas no dia 14 de fevereiro, publicada na edição do dia 16. Era casado e tinha 72 anos.
- 3 - Os três palácios citados estão tombados pela SPHAN. *Pa-lácio da Praia Vermelha* é a monografia do historiador Pedro Calmon (Rio, 1952, dedicada ao antigo Hospício de D. Pedro II. A contribuição de Guillobel diz respeito à arquitetura do belo pórtico central da fachada principal.
- 4 - Introdução do diretor-geral Celso Cunha. Carlos Julião (1740-1811) era originário de Turim, chegando a Coronal. O álbum foi adquirido pelo ex-diretor Rubens Borba de Moraes, o qual traz o título: "Notícia sumária do gentilismo da Asia...". O álbum da B.N. publica uma parte dos desenhos do mesmo.
- 5 - Na mesma ocasião da publicação das "figurinhas" de Guillobel, duas obras apareceram: *Rugendas no Brasil*, de Newton Carneiro, com 155 reproduções, em edição limitada de 1.000 exemplares, e o álbum de Carlos Linde, reproduzindo 13 litografias, com texto de Lygia F.F. da Cunha.
- 6 - *Views and costumes of the city and neighborhood of Rio de Janeiro...* London, 1822. Há uma reedição brasileira da Livraria Kosmos, em 1943.
- 7 - *Journal of a voyage to Brazil...* London, 1824. Conhecemos uma reedição brasileira com uma tradução e eruditas notas de Américo Jacobina Lacombe (São Paulo, 1956).
- 8 - Thomas Ender foi divulgado inicialmente em Viena na exposição: *Um austríaco pintando no Brasil 1817/18*, em 1950. Mais tarde o acervo de Ender foi exibido em São Paulo em comemoração ao seu 4º Centenário em 1954, e a seguir, em novembro do mesmo ano, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A exposição foi organizada pelo diretor da Academia de Belas Artes de Viena. J.F. de Almeida Prado é o autor de - *Tomas Ender. Pintor austríaco na Corte de D. João VI no Rio de Janeiro*. São Paulo, 1955
- 9 - Nº 5, 1941, Rio de Janeiro
- 10- Lata 193, doc. 3
- 11- Na documentação da Coleção Cisplatina do Arquivo Nacional encontram-se vários documentos relacionados com a situação militar de Guillobel, como Tenente.

---

MAN, Rio de Janeiro, 13(1):17-28, jan. 1982.

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO/Publicações periódicas

"Ciência da Informação" em nova fase (1)

Nicolau Abrantes

Está em circulação, desde agosto do ano passado, com 80 páginas e impresso na Editora Gráfica Alvorada, o nº 1 do volume 10 de "Ciência da Informação", órgão do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia do CNPq, correspondente ao segundo semestre do ano, e que tem a direção de Afrânio Carvalho Aguiar.

Sob a supervisão de uma comissão editorial de sete membros, tendo por editor-chefe Emir José Suaíden, a revista, que tradicionalmente divulga o desenvolvimento da Ciência da Informação no País, reflete, nessa edição, aspectos novos em sua linha editorial, enfatizando seu papel de aperfeiçoamento técnico dos profissionais da área da informação. Nesse sentido, em diferentes níveis, eles vêm atuando, trazendo uma contribuição ao desenvolvimento das atividades estruturadas na Rede Nacional em Ciência e Tecnologia - umas das metas prioritárias do IBICT - de acordo com o pensamento expresso no editorial assinado por seu diretor, ao que se acrescenta o projeto "de levantar em futuras edições, temas de interesse geral que, por merecerem abordagens diferentes, convém sejam discutidos por aqueles profissionais e pela comunidade de usuários". O objetivo do IBICT, mesmo, ao proceder as mudanças anunciadas no importante órgão de divulgação especializada, é, na verdade, o de tornar mais abrangente o conteúdo de suas matérias e possibilitar o atendimento de um público maior, constituído de pesquisadores e profissionais da área da informação.

Dentro dessa orientação, "Ciência da Informação" apresenta uma nova seção - *Forum* - para focalizar temas de interesse geral, além de artigos nas demais seções, de excelente qualidade, assinados por *experts* do nível de Edson Nery da Fonseca (*Tudo o que no mundo existe começa e acaba no livro* (1)); de João Salvador Furtado (*Conceitos e tipologias em Ciência e Tecnologia e sua influência na publicação de informações*); de Jeannette M. Kremer (*Os gatekeepers na Engenharia*); Aldo de Albuquerque Barreto (*Análise econômica para o processo decisório em sistemas de informação*); de Cecilia A. Oberhofer (*Disponibilidade de documentos: um modelo de avaliação da satisfação da demanda em bibliotecas universitárias*); de Jorge Aires e Carlos

---

MAN, Rio de Janeiro, 13(1):27-29, jan. 1982.



Medicis Morel (A produção científica brasileira segundo os dados do ISI); e de Hagar Espanha Gomes (Como vai o sistema de comunicação na Ciência da Informação).

1) Segundo nota da redação da Revista, o artigo de Edson Nery da Fonseca (cit.), publicado com as indispensáveis alterações, foi lido em Natal, em 22 de outubro de 1979, como conferência promovida pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em comemoração à Semana Nacional do livro daquele ano.

*Boletim do Conselho Internacional de Arquivos (2)*

Editado pelo Conselho Internacional de Arquivos, sob a responsabilidade do Comitê Executivo, está em circulação o nº 17 de seu Boletim, correspondente ao segundo semestre de 1981.

Reunindo 28 páginas, em texto bilíngue ( francês e inglês ) e circulação bimestral, com distribuição gratuita aos membros do Conselho, e ao preço de 5 dólares americanos para os não filiados, o boletim apresenta, nesse número, um amplo noticiário e o calendário de reuniões para o corrente ano. Entre as notícias, que detalharemos em separado, estão a do desaparecimento do "Journal International des Archives/International Journal of Archives", que circulou até o número 2 e que poderá ser substituído por um periódico similar, a cargo da Comissão de Publicações do CIA, e do lançamento das seguintes edições de anuais e instrumentos de pesquisa: das 18a. e 19a. Conferências Internacionais de Mesas-Redondas de Arquivos, respectivamente em Nairobi (África, 1978) e Gosier (França, 1981); da 3a. série do "Guia das Fontes da História da Ásia e da Oceania nos Arquivos e Bibliotecas franceses", e do vol. II do "National Archives of Finland, Norway and Sweden Sources of the History of North Africa, Asia and Oceania in Finland, Norway and Sweden". Como publicação a ser lançada, no final de 1982: o volume XXVIII de *Archivum*, contendo leis e regulamentos de arquivos promulgados depois de 1970, tendo como editor K.G. Verlag Saur KG, Pössnerstr. 2b, D 8.000 MÜNCHEN 71, RFA.

---

MAN, Rio de Janeiro, 13(1):27-29, jan. 1982.

Pedidos para envio das publicações citadas poderão ser dirigidas: *Journal International des Archives* (Américas do Norte e do Sul), a K.G. Saur Publishing Inc., 45 North Broad Str RIDGEWOOD, NJ 07450, USA; outros países, a K.G. Saur Verlag KG, Pössenbacherstr, 2b, D 8000 MÜNCHEN 71, RFA; Atas (anais) dos 18a. e 19a. Conferência Internacionais de Mesas-Redondas de Arquivos, à redação do Boletim do CIA (Secretariado), 60 rue des Francs-Bourgeois, F-75141 PARIS CODEX 03; 3a. Série do GUIA DAS FONTES DA HISTÓRIA DAS NAÇÕES: ÁFRICA DO NORTE, ÁSIA E OCEANIA, correspondente aos volumes 2 (I e II), e 3 (II), abrangendo, 1a. parte, *Archives*, Munchen, K.G. Saur Verlag KG, 1981, 593 p. ISBN 3-598-21472-3; 2a. parte, *Bibliothèque Nationale*, Munchen, K.G. Saur Verlag KG, 1981, 233 p ISBN 3-598-21475, os pedidos deverão ser feitos a "K.G.Saur Verlag KG, Possenbacherstr. 2b, D. 8000 MÜNCHEN 71, RFA (República Federal Alemã). Para aquisição do volume XXVIII de ARCHIVUM (Leis e regulamentos promulgados após 1970), também poderão dirigir-se ao editor K.G. Verlag Saur KG, Possenbacherst, 2b D 8.000 71, RFA.

## QUEM ESTÁ PESQUISANDO O QUE

Continuamos a publicar nomes e endereços de pesquisadores que se dirigem ao Arquivo Nacional e o objetivo de suas pesquisas.

### PESQUISADORES BRASILEIROS

AIZEN, Mario (sociólogo)

Av. Atlântica, nº 880 aptº 801. Leme. Rio de Janeiro, RJ

Pesquisa: Fábricas de tecidos e a comunidade operária na cidade do Rio de Janeiro.

Pesquisa em fase inicial

Finalidade: Publicação de uma memória da arquitetura industrial e dos bairros da cidade.

Arquivos e bibliotecas onde pesquisou: RjRj-Age,

RjRj-Bn; RjRj-Fgv; RjRj-Ihgb

BOTTINO, Mariza (professora)

UNI-RIO

Rua Conde de Bonfim, nº 62 aptº 702. Tijuca. Rio de Janeiro, RJ

Pesquisa: Levantamento da bibliografia relativa ao estudo da Paleografia e Diplomática.

Finalidade: Preparação de curso

CARAMELO, Rubenita Vieira (professora)

UFRJ

Rua Vitório da Costa, nº 25 aptº 101. Humaitá. Rio de Janeiro, RJ

Pesquisa: O comércio do Rio de Janeiro através dos Livros da Junta do Comércio em 1850-1888.

Pesquisa em fase adiantada

Finalidade: Tese de Mestrado

Arquivos e bibliotecas onde pesquisou: RjRj-A,

RjRj-Bn; RjRj-Ihgb

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (professora e historiadora)

USP

Rua Caiubi nº 109. Perdizes. São Paulo, Sp

Pesquisa: Política imigratória - período Vargas.

Pesquisa em fase inicial

Finalidade: Tese de Doutorado

Arquivos e bibliotecas onde pesquisou: RjRj-Bn;

RjRj-Cpdoc; RjRj-Fgv; RjRj-Mrea

FERREIRA, Priscila Ribeiro (pesquisadora)

UnB

SQN 312 Bl. J aptº 305. Brasília. Df.

Pesquisa: Emancipação política da Província do Paraná.

---

MAN, *Rio de Janeiro*, 13(1):30-33, jan. 1982.



- Pesquisa em fase adiantada  
 Finalidade: Dissertação de mestrado  
 Arquivos e bibliotecas onde pesquisou: Df-Cf;  
 Df-Cf; SpSp-A
- FIGUEIREDO, Angelina Maria Cheibub (socióloga)  
 Universidade de Chicago  
 Rua J. Carlos, nº 147 aptº 1202. Jardim Botânico.  
 Rio de Janeiro, RJ  
 Pesquisa: Coalizões políticas no Brasil 1960-1964  
 Pesquisa em fase adiantada  
 Arquivos e bibliotecas onde pesquisou: RjRj-Bn;  
 RjRj-Bn; RjRj-Cpdoc
- HERZ, Daniel Koslowsky (professor)  
 Universidade Federal de Santa Catarina  
 Rua Almirante Lamego, nº 178 aptº 803. Florianópolis,  
 SC  
 Pesquisa: História da radiodifusão no Brasil  
 Pesquisa em fase inicial  
 Finalidade: Tese de Mestrado  
 Arquivos e bibliotecas onde pesquisou: Df-Cd; Df-Cf;  
 Df-UnB
- LOPES, Guisa Morgado Rego (professora)  
 UFRJ - IFCS  
 Rua Constante Ramos, nº 99 aptº 801. Copacabana.  
 Rio de Janeiro, RJ  
 Pesquisa: Construção civil no Rio de Janeiro na 1ª  
 República.  
 Pesquisa em fase inicial  
 Finalidade: Coleta de dados  
 Arquivos e bibliotecas onde pesquisou: RjRj-Agc;  
 RjRj-Bn
- LUNA, Leda Bione (pesquisadora)  
 Spala Editora Ltda.  
 Rua Almeida Nogueira, nº 491. Piedade. Rio de Janei  
 ro, RJ  
 Pesquisa: Efemérides históricas de 1834  
 Pesquisa em fase inicial  
 Finalidade: Edição de monografia
- MATTOS, Maria Eugenia Mendes de (estudante universitária)  
 Universidade Federal da Bahia  
 Rua I - Q-24 - L 3 - Jardim Armação - Salvador, Ba.  
 Pesquisa: Correspondência dos presidentes da Pro -  
 víncia da Bahia no 1º Império.  
 Pesquisa em fase inicial  
 Finalidade: Publicação de trabalho
- MELLO, Dulcinea Alencar de Braga (museóloga)  
 Museu Postal-Telegráfico-Brasília  
 ECT - Av. Presidente Vargas, nº 3077 - 22º andar.  
 Rio de Janeiro, RJ  
 Pesquisa: Auguste François Marie Glaziou.  
 Pesquisa em fase inicial
-

- Finalidade: Emissão de selos  
 Arquivos e bibliotecas onde pesquisou: RjRj-Bn  
 MESQUITA, Mônica Aparecida (estudante)  
 UFRJ  
 Rua Carolina Santos, nº 39 aptº 601. Lins. Rio de Janeiro, RJ  
Pesquisa: Legislação sobre a escravatura no Brasil  
Pesquisa em fase inicial  
Finalidade: Publicação de trabalho
- PICCHIA, Jeanete Ferraro del (professora)  
 UFF/CAPEs  
 Rua Mém de Sá, nº 163 aptº 1.604. Icaraí. Niterói, RJ  
Pesquisa: Trabalho urbano no Rio de Janeiro - Mão-de-obra estrangeira.  
Pesquisa em fase inicial  
Finalidade: Tese de Mestrado  
 Arquivos e bibliotecas onde pesquisou: RjRj-Agc
- PINHEIRO FILHO, Nelson Maciel (professor)  
 UFRJ - Faculdade de Direito  
 Av. Atlântica, nº 1.936 aptº 904. Copacabana. Rio de Janeiro, RJ  
Pesquisa: Legislação sobre escravatura no Brasil  
Finalidade: Publicação de trabalho
- RODRIGUES, Lísia Carla Vieira (estudante)  
 UFRJ  
 Rua Piauí, nº 72. cob. 01. Todos os Santos. Rio de Janeiro, RJ  
Pesquisa: Legislação sobre escravatura no Brasil  
Pesquisa em fase inicial  
Finalidade: Publicação de trabalho
- SÁ, Luís Carlos de Cerqueira (estudante)  
 UFRJ  
 Rua Int. Cunha Menezes, nº 206. Meier - Rio de Janeiro, RJ  
Pesquisa: Legislação sobre escravatura no Brasil  
Pesquisa em fase inicial  
Finalidade: Publicação de trabalho
- SANTOS, Ana Maria Barros dos (estudante)  
 Univ. Friedrich - Alexander Erlangen - Nürnberg - Germany.  
 Avenariusstr. 35/1.123-8500 Nürnberg BRD  
Pesquisa: A escravidão em Pernambuco, 1840-1889.  
Pesquisa em fase final  
Finalidade: Tese de doutorado
- SILVA, Cylêa Corrêa Barros da (professora)  
 UFRJ  
 Rua Alves Montes, nº 41 aptº 202. São Cristóvão. Rio de Janeiro, RJ  
Pesquisa: Legislação sobre a escravatura no Brasil.  
Pesquisa em fase inicial
- 

MAN, *Rio de Janeiro*, 13(1):30-33, jan. 1982.

- Finalidade: Publicação de trabalho  
 SILVA JUNIOR, Carlos Fico da (estudante)  
 UFRJ-IFCS  
 Rua Violeta, nº 418. aptº 302. Água Santa - Rio de Janeiro, RJ  
Pesquisa: Levantamento do acervo histórico do Arquivo Nacional referente ao século XVIII. Tentativa de tipologia das fontes.  
Pesquisa em fase inicial  
Finalidade: Trabalho de complementação didática
- SOEIRO, Francisco Medeiros (professor)  
 UFF  
 Rua Joaquim Murтинho, nº 820. s. 106. Rio de Janeiro, RJ  
Pesquisa: Atitudes antiescravistas na Assembléia Constituinte  
Pesquisa em fase adiantada  
Finalidade: Dissertação de Mestrado  
 Arquivos e bibliotecas onde pesquisou: RjRj-Bn

#### SIGLAS USADAS

- |            |  |
|------------|--|
| BaS-A      | - Arquivo Público da Bahia   |
| Df-Cd      | - Câmara dos Deputados   |
| Df-Sf      | - Senado Federal   |
| Df-UnB     | - Universidade de Brasília   |
| PaB-A      | - Arquivo do Estado do Pará  |
| PaB-Ia     | - Instituto Agrônômico do Pará   |
| PaB-Mg     | - Museu Goeldi   |
| RjRj-A     | - Arquivo Nacional   |
| RjRj-Agc   | - Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.   |
| RjRj-Bn    | - Biblioteca Nacional  |
| RjRj-Cpdoc | - Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas |
| RjRj-Fgv   | - Fundação Getúlio Vargas  |
| RjRj-Ihgb  | - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro  |
| RjRj-Mea   | - Arquivo do Ministério do Exército  |
| RjRj-Mi    | - Museu do Índio   |
| RjRj-Mm    | - Ministério da Marinha  |
| RjRj-Mrea  | - Arquivo do Ministério das Relações Exteriores  |
| RjRj-Rgpl  | - Real Gabinete Português de Leitura   |
| SpSp-A     | - Arquivo do Estado de S. Paulo  |



## DIVERSAS NOTÍCIAS

### EDITORAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO LIVRO

Promovido pela Associação dos Arquivistas Brasileiros, com apoio da Prefeitura, Secretaria de Educação e Cultura, Departamento Geral de Cultura e Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, será realizado de 12 a 16 de abril próximo, de 09 às 12 horas, à rua Amoroso Lima, nº 15 - Cidade Nova - sede dessa última instituição, o Curso de Editoração, Produção e Comercialização do Livro.

Tendo por objetivos propiciar uma visão geral do processo editorial do livro, sua estrutura, feitura, colocação no mercado como produto cultural, e abordar a problemática da produção gráfica, seus aspectos positivos e negativos, o curso, cujas inscrições terão início em 24 de março e término em 08 de abril vindouro, na sede da AAB, à praia de Botafogo, nº 186, sala B-217, dispõe de número limitado de vagas.

Ministrado pelos professores Eloisa Riani Marques, do Arquivo Central da FGV, e Robson Achiamé Fernandes, das Edições Achiamé, terá em seu conteúdo programático: editar e editar; direitos autorais; planejamento editorial; custos gráfico-editoriais; fluxograma editorial e gráfico; preparo de originais; diagramação; produção gráfica: composição, impressão e acabamento; mesa-redonda: o livro como Produto Cultural (Participação de dois editores, um autor, um livreiro e um gráfico); comercialização: mercado - seleção de obras, lucratividade e qualidade; distribuição.

### BOLETIM INTERAMERICANO DE ARQUIVOS

Estará brevemente em circulação o volume VII do "Boletim Interamericano de Arquivos", que acaba de ser editado em Córdoba, Argentina, sob a direção do prof. Aurelio Tanodi.

---

MAN, Rio de Janeiro, 13(1):34-36, jan. 1982.

## CURSO DE PRESERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE DOCUMENTOS

Tendo como instrutor José Manoel de Andrade Pires, da Fundação Casa Rui Barbosa, e visando a formação profissional, será realizado de 01 a 22 de junho próximo, na Fundação Escola de Serviço Público, Curso de Preservação e Restauração de Documentos.

O programa a ser ministrado, irá abranger suporte de escrita, agentes agressores do papel, conservação de acervos documentais, restauração (teoria e prática) e restauração de um livro escolhido pelo treinando.

Informações, reservas e inscrições poderão ser obtidas pelos telefones 295-8548 (direto) e 295-6887 - ramal 175, ou diretamente à rua Carlos Peixoto, 54 - sala 701 - Botafogo, Rio de Janeiro.

## ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS DE ARQUIVOS

O Escritório de Planejamento Nacional de Costa Rica concluiu um estudo de organização e métodos do Arquivo Nacional, com vistas a uma imediata reestruturação do primeiro repositório documental costarriquenho, baseada nos modernos conceitos arquivísticos.

## BOLETIM DO ARQUIVO DE LA PAZ

Sob a direção de Alberto Crespo Rodas, numa edição de 40 páginas, começou a circular o nº 7 do "Boletim del Archivo de La Paz", inserindo, entre outras, as resoluções da Primeira Reunião sobre Arquivos Bolivianos (Sucre, 18-20 de outubro de 1979) e o número de seus participantes; um "Índice de Recenseamentos Indígenas do Departamento de La Paz", do Arquivo de La Paz, elaborado por Roberto Choque; uma relação dos recenseamentos da Colônia, existentes no citado repositório documental; e um índice cronológico de treze cartas do Marechal Andrés de Santa Cruz, do acervo do Arquivo Histórico Riva-Aguero (Lima, Perú), organizado por Danilo Tamayo Arandia.

Continua, assim, o "Arquivo de La Paz", o trabalho de divulgação arquivística e documental que vem empreendendo desde 1976.

---

MAN, Rio de Janeiro, 13(1):34-36, jan. 1982.

## O MAIS ANTIGO ARQUIVO PAROQUIAL DE SÃO PAULO

Nota assinada por Wanderley dos Santos, publicada no nº 39, ano III, referente a julho de 1981, do Boletim do Centro de Pesquisas e Estudos da História da Igreja no Brasil (CEPEHIB), dá-nos a informação de que, há 390 anos, isto é, em setembro de 1591, São Paulo ganhava sua primeira paróquia, com a posse do padre Lourenço Dias Machado, recebendo depois, com seu desmembramento de Santos, o título de "São Paulo do Campo".

Esse fato, segundo esclarece, é conhecido através do "Registro Geral da Câmara de São Paulo", que transcreveu a provisão de nomeação daquele primeiro pároco. Pelas Atas da mesma Câmara, compiladas pelo mons. Paulo Florêncio da Silveira Camargo, fica-se também, sabendo, que as obras da igreja que iria servir de sede paroquial, se prolongaram por mais de duas décadas, terminando provavelmente em 1612, através do flamengo Cornelio de Arzam.

Desde os seus primórdios, funcionando provisoriamente na Igreja da Misericórdia, ou outra central, deveria possuir um arquivo, embora rústico, ao que acredita, acentuando: "Deveriam constar de anotações avulsas, provavelmente sem ordenação específica. Assim pensamos, porque em uma inquirição *de genere* de 1661, já se notava o desaparecimento dos livros de batizados anteriores a 1632. Pa rece-nos, que foi o padre Manuel Nunes, ex-jesuita, o organizador do arquivo paroquial, a partir de 1631 ou 1632. Pelo menos, nossos livros de casamentos começam em 1632 e batizados em 1640, embora existisse deste último o período de 1632/40, ainda em 1663". E concluindo:

"Os livros dos capítulos da visita remontam a 1662 com a presença de Manuel Almada, prelado fluminense, que fala inclusive das paróquias de Itú e de Guaratinguetá. Quanto ao tombo, embora aberto em 1747 por Dom Bernardo Rodrigues Nogueira, contém notícias da fundação de São Paulo, e escrituras patrimoniais a partir do ano de 1580 (onze anos antes da criação da paróquia). Encontra-se ali a instituição de diversos templos: Nossa Senhora da Luz, Santa Tereza, São Pedro, Nossa Senhora do Rosário, Santo Antônio, Nossa Senhora do O', Nossa Senhora da Pela, Nossa Senhora das Mercês, Nossa Senhora da Conceição de Guacuri (Diadema), Nossa Senhora do Pilar (Ribeirão Pires), etc. As primeiras desmembrações sofridas foram ainda no século XVII, tais como Mogi das Cruzes, Santana do Parnaíba, Guarulhos, Mairiporã (ex-Juqueri), Atibaia, Cotia e Santo Amaro. Depois saíram Penha, Nossa Senhora do O', no século XVIII, e Santa Efigênia, Brás e São Bernardo, no século XIX".

---

MAN, *Rio de Janeiro*, 13(1):34-36, jan. 1982.



ARQUIVO NACIONAL  
SEÇÃO DE CONSULTAS

**FINALIDADE** - O Arquivo Nacional, criado, a bem dizer, pela Constituição do Império, de 1824, e regulamentado pelo decreto imperial de 2 de janeiro de 1838, é órgão integrante do Ministério da Justiça e tem por fins preservar, promover e divulgar os documentos nele arquivados, de valor legal, administrativo ou histórico, oriundos dos órgãos integrantes dos Poderes da União e das entidades de direito privado por ela instituídas, e os de valor histórico, provenientes de outras entidades públicas ou de origem particular.

O Arquivo Nacional guarda sob sua custódia aproximadamente dois bilhões de documentos, que datam de 1534 até nos dias.

**HORÁRIO** - Para consulta desses documentos, a Seção de Consultas está aberta diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, de 9,30 às 17,30 horas, sem interrupção durante todo o ano.

**ADMISSÃO** - É facultada a todo cidadão brasileiro ou estrangeiro, que se proponha a fazer pesquisas em suas coleções de documentos, bastando para isso, registrar-se como consultante na Seção de Administração - Protocolo, mediante documento de identidade.

Ao registrar-se, o consultante receberá um Cartão de Identificação, que será renovado a cada ano e deverá ser apresentado sempre que exigido.

**ACESSO À SEÇÃO** - Munido de seu Cartão de Identificação, o consultante receberá uma senha na Portaria, devendo aí deixar embrulhos, pastas ou livros, e irá à Seção de Consultas, onde um funcionário habilitado lhe dará assistência no acesso aos fichários e catálogos. A senha deverá ser devolvida, ao sair, na Portaria.

**REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS** - Os documentos cuja consulta não está sujeita a formalidades especiais; poderão ser solicitados por fichas de requisições, branca para o mesmo dia, e rosa para o dia seguinte ou até 7 dias subsequentes (reserva) assim como para aqueles que dependerem de busca por parte das Seções.

Só poderão ser feitas 3 (três) requisições de cada vez, equivalente a três volumes, ou três processos ou três maços (caixas).

O Consultante poderá, para evitar eventual demora, fazer mais três requisições, mas só receberá os novos documentos quando devolver os já pesquisados.

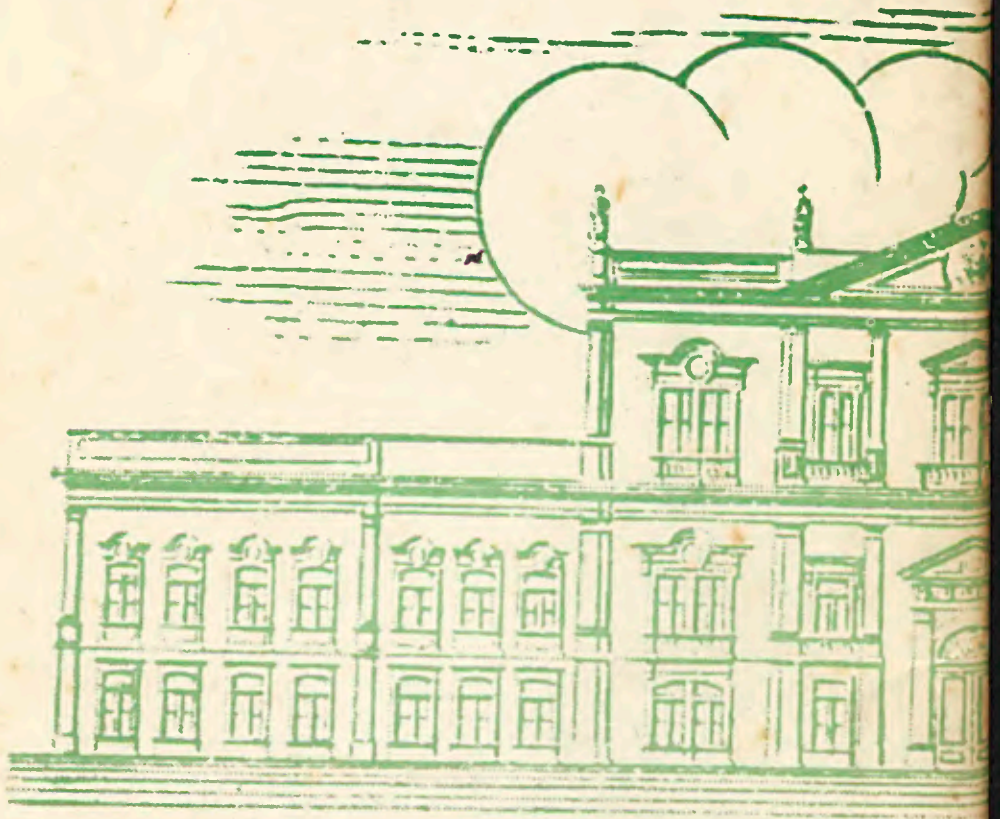
Estão à disposição dos pesquisadores, catálogos impressos, em fichas e datilografados.

**XEROX** - O consultante que desejar fazer cópia xerox deverá preencher, na Seção de Consultas, um formulário próprio, indicando a localização e as características do documento. O funcionário passará o visto, e indicará o número de cópias e a seção de custódia do documento.

**MICROFILME** - Para a microfilmagem, o consultante deverá, além de proceder da mesma forma, entrar em entendimento com a Seção de Reprodução.

**COMPORTAMENTO DOS CONSULTANTES** - Proporcionando a Sala de Consultas, dotada de ar condicionado e iluminação ótima, todo o conforto que foi possível à administração oferecer, é de esperar a cooperação dos consultantes no sentido do máximo zelo no manuseio dos documentos, observância de silêncio e proibição de fumar.

Endereço: Praça da República, 26. Centro  
20.211 - Rio de Janeiro, RJ



ISSN-0045-2726